

APRESENTAÇÃO:

Florestan Fernandes, teórico social e intelectual público

PRESENTATION:

Florestan Fernandes, social theorist and public intellectual

Lucas Trindade (UFRN)

Diogo Valença de Azevedo Costa (UFRB)

Em 2025 completam-se 30 anos da morte de Florestan Fernandes e 50 anos da publicação de uma das mais conhecidas e ambiciosas das suas obras, “A Revolução Burguesa no Brasil”. Este dossiê, lastreado em um amplo e renovado interesse na obra do sociólogo paulista, busca retornar ao seu legado a partir de um conjunto de premissas que têm sido cuidadosamente cultivadas por um grupo interinstitucional de pesquisadoras/es unidas/os pela paixão dos bons encontros e do rigor crítico-científico.

Formado em 2019 sob a coordenação de Eliane Veras Soares (UFPE), pesquisadora da obra de Florestan Fernandes desde fins dos anos 1980, empreendemos conjuntamente o projeto, vigente até 2021, “Florestan Fernandes e os dilemas sociais brasileiros: história do tempo presente”, integrado por: Diogo Valença de Azevedo Costa (UFRB), Remo Mutzenberg (UFPE), Aristeu Portela Júnior (UFRPE), Ana Rodrigues Calvalcanti Alves (UFBA) e Lucas Trindade (UFRN). Além da intensa participação, coletiva ou individualmente, nas diversas comemorações do centenário de Florestan Fernandes em 2020, publicamos, como grupo, dois principais trabalhos: a obra “Florestan Fernandes: trajetória, memória e dilemas do Brasil” (2021) e o Dossiê “Florestan Fernandes: 100 anos” (2020). A partir de 2022, agora sob a coordenação de Diogo V. A. Costa, iniciamos o projeto “O artesanato intelectual de Florestan Fernandes: uma perspectiva latino-americana sobre o desenvolvimento”, financiado com recursos do Edital Universal do CNPq e abrilhantado pela integração ao grupo dos docentes-pesquisadores: Wilson Rogerio Penteado Junior (UFRB) e Maria de Fátima Souza da Silveira

(Unilab). Um produto destacado desse projeto, finalizado em março de 2025¹, é a obra, Florestan Fernandes' *critical sociology: a social theory of Brazil and Latin America*, publicada em 2024 pela editora Routledge em sua série *Classic and Contemporary Latin American Social Theory*.

Sob um modelo de artesanato intelectual que se inspira no próprio Florestan Fernandes, algumas das premissas que orientam o nosso trabalho científico coletivo e os artigos integrantes deste dossiê são: a) uma abordagem imanente e diacrônica da obra de Florestan, perseguindo, desse modo, temas diversos; b) análise de arquivo, por meio de visitas periódicas ao Fundo Florestan Fernandes, localizado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); c) desconstrução sistemática de mitos em torno da obra de Florestan, produzidos por leituras intelectual e/ou politicamente unilaterais; d) interlocução coletiva e crítica recíproca permanentes acerca da produção intelectual dos integrantes do grupo; e) uma reflexão sobre a atualidade da obra de Florestan tratando-a, para utilizar as precisas expressões de Gabriel Cohn (1986, 1987), como um inventário de **tensões produtivas** que exprimem, rigorosa e criativamente, os **padrões e dilemas** do capitalismo subdesenvolvido, dependente e global.

Essa última premissa permite evidenciar duas hipóteses de trabalho que atravessam o nosso fazer intelectual coletivo. A primeira, no sentido dos fundamentos, é de que as contribuições teórico-científicas de Florestan Fernandes seriam impensáveis sem o seu enraizamento complexo em um estilo de pensamento periférico (Bastos, 2002) e *lumpen* (Costa; Soares, 2024), que o permitiu ver – e, em ciência, ver é reformular ou criar problemáticas – (Cardoso, 1996) a sociedade capitalista moderna de modos inauditos até então. Esse modo distinto de formular problemas científicos, com um enraizamento histórico e sociológico particular, permitiu a produção de uma obra com tal envergadura, profundidade e sistematicidade que deve ser lida – eis a segunda hipótese de trabalho – como uma teoria social crítica (Trindade, 2025) capaz de lançar luz não só às especificidades regionais (latino-americanas) e nacionais (brasileiras) dos problemas da ordem², da ação e da mudança sociais, mas de oferecer ferramentas para pensá-los em termos internacionais, especialmente em tempos marcados por diagnósticos sobre o **devir-periferia do mundo** (Canettieri, 2022).

¹ Um relato sobre o projeto foi publicado no blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (Alves *et al.*, 2025).

² Para uma reflexão específica sobre a problemática da ordem social em Florestan Fernandes, ver Silva (2020) que formaliza os atributos do modelo autocrático-burguês e (Silva, 2022) pensa a particularidade das categorias de diferenciação e integração sistêmicas em sua obra.

Sucintamente, sugerimos que a obra de Florestan Fernandes merece ser lida como uma teoria social que não só leva a marca da condição periférica e *lumpen*, mas que ativamente se engajou, cognitivamente e politicamente, com os setores subalternizados ou condenados (termo de Frantz Fanon adotado por Florestan) de um sistema global. O compromisso transversal e mutável entre o intelectual público e o teórico social permite afirmar que a teoria social crítica de Florestan Fernandes gravita em torno do problema central da mudança social. Mais precisamente, o interesse normativo de elucidar e promover uma mudança social orientada pela complexa dialética entre revoluções dentro e contra a ordem capitalista, ao lado da ação coletiva das classes trabalhadoras e segmentos subalternos, é o fundamento último do seu trabalho intelectual e científico.

Os textos deste dossiê apresentam formas inovadoras e originais de abordagem da trajetória intelectual e política de Florestan, aliando a análise diacrônica e imanente dos seus textos a partir de temas específicos, de um lado, e a interlocução com outras obras, autoras/es e tradições das ciências e das lutas sociais, do outro. No que diz respeito aos problemas básicos da teoria social, é perceptível, como veremos no correr desta apresentação, como alguns dos artigos lançam uma luz nova sobre como a ação social ou a agência é abordada no trabalho do sociólogo paulista. A seguir, comentaremos cada artigo respeitando a ordem cronológica de aparição dos temas tratados na obra de Florestan.

“Em sentido literal, a análise desenvolvida é um estudo de como o Povo emerge na história” (Fernandes, 2021, p. 51). Embora amplamente conhecida, essa passagem da Nota Explicativa de “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, de 1964, não motivou uma agenda sistemática de pesquisa em torno do uso de noção de povo na obra de Florestan. É a isso que se dedica Wilson Rogério Penteado Júnior, professor titular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em seu artigo “Uma categoria com sentido latente: a noção de povo nos estudos de folclore no Brasil e a visão (crítica) de Florestan Fernandes”.

Como o próprio título evidencia, o texto literalmente **abre** a mencionada agenda ao realizar uma análise de como a noção de povo “foi operada, dinamizada e debatida” no que poderíamos chamar de primeiro Florestan, estudioso do folclore e crítico arguto das orientações que buscavam emancipar o folclorismo do campo de problemas mais amplo das ciências sociais. Para Florestan, ou o folclore é material analisado pelas ciências humanas e sociais – “a história, a linguística, a psicologia, a etnologia ou a sociologia” – ou pode ser uma modalidade de estudo humanístico, mas de modo algum uma ciência autônoma. Ao analisar as primeiras

aparições do povo na obra do nosso autor, privilegiando os textos sobre folclore escritos entre 1944 e 1962, Wilson abre margem para pesquisas futuras sobre as modulações dessa noção em trabalhos posteriores de Florestan e o seu diálogo crítico com outras tradições para além dos folcloristas.

Ao lado do estudo minucioso dos textos compilados em “O folclore em questão”, privilegiando a primeira edição de 1978, do diálogo com os principais comentadores do folclore em Florestan, e da reconstrução das posições de Florestan em relação às obras de Mário de Andrade, Silvio Romero e Amadeu Amaral, um outro ponto forte do artigo de Wilson é o uso de material pesquisado no Fundo Florestan Fernandes, na UFSCar. Nesse aspecto, é particularmente interessante a mobilização das dedicatórias de obras de autoria de destacados folcloristas – a exemplo de Renato Almeida e Veríssimo de Melo – endereçadas ao sociólogo paulista, o que evidencia a sua “prestigiosa reputação entre os estudiosos inseridos nesse campo”. Isso em razão, continua Wilson em seu texto, da “densidade do conteúdo dos textos que escrevia” e do “lugar que ocupava –, isto é, um eminente sociólogo da USP interessado no folclore e credenciado em prestigiados veículos de comunicação escrita”.

No que diz respeito ao problema central do artigo, Wilson demonstra como o próprio objeto pretensamente autônomo dos folcloristas era perpassado por posições normativas: uma concepção evolucionista das manifestações culturais do povo (leia-se, aqui, setores populares e subalternos) e, logo, uma imagem estática e inercial do fato folclórico como sobrevivência ou resíduo de tradições culturais tomadas como atrasadas ou ultrapassadas. Contra essa concepção apriorística e elitista, Florestan defende, escreve Wilson, que o “trabalho de campo” e a “análise de situações concretas poderia, então, oferecer uma concepção mais apropriada acerca do elemento folclórico e, conseqüentemente, da noção de povo”. O que dá lugar a uma concepção dinâmica, que toma o folclore (e a polissemia do “povo”) em sua “função modificadora e criadora” (nas palavras do próprio Fernandes, enfatizadas por Wilson), bem como a uma apreensão das diferenças culturais e de mentalidade entre grupos e classes, não em termos de natureza, mas de grau.

O segundo artigo do dossiê, “Antecedentes do dilema racial brasileiro”, escrito por Ana Rodrigues Cavalcanti Alves, professora adjunta da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e Eliane Veras Soares, professora titular aposentada da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), discute tema com ampla fortuna crítica, mas frequentemente tratado de modo parcial, unilateral e enviesado, a saber, a questão racial na obra de Florestan Fernandes. Para trazer

maior clareza a debate demasiado espinhoso, Ana e Eliane fazem movimento análogo ao feito por Wilson: assim como este analisa os primeiros usos da noção de povo no Florestan interessado no folclore, elas retornam à gênese, ou ao que chamam de “primeiro momento”, da noção de dilema racial brasileiro em seu pensamento, privilegiando o projeto de estudo “O preconceito racial em São Paulo” e a obra “Relações Raciais entre brancos e negros em São Paulo”, textos dos anos 1950, escritos em parceria com Roger Bastide.

A finalidade é evidenciar como já nesse primeiro momento há elementos para superar uma leitura – que fez carreira desde Carlos Hasenbalg – que interpreta as desigualdades raciais na obra de Florestan como um resíduo ou sobrevivência sem função específica na ordem social competitiva. Leitura esta que abdica da análise diacrônica de uma obra em processo – aspecto metodológico finamente explicitado e trabalhado no artigo – e se concentra em textos específicos tomados de modo isolado e descontextualizado, a exemplo de “A persistência do passado” e trechos de “A integração do negro na sociedade de classes”. Ao lado da análise diacrônica, as autoras se valem da pesquisa documental no Fundo Florestan Fernandes, consultando obras de Gunnar Myrdal, Donald Pierson e Carlos Hasenbalg, a totalidade de trabalhos resultantes da pesquisa Unesco e cartas de intelectuais – em torno das relações étnico-raciais – enviadas para Florestan. A pesquisa documental permitiu o acesso e a transcrição de importante carta (publicada como anexo ao artigo) de Hasenbalg para Florestan, na ocasião da publicação, na revista Dados, do artigo “Desigualdades raciais no Brasil”.

A análise detida do projeto de estudo que fundamenta a pesquisa Unesco e dos primeiros resultados dessa – a busca de um consenso a partir das diferenças entre Florestan e Bastide, as considerações teórico-metodológicas, a formulação das hipóteses diretrizes e o delineamento dos conceitos norteadores de preconceito racial, de cor e dilema racial – tornam o artigo uma leitura incontornável para aqueles interessados em aprender, revisitar ou criticar, com rigor e seriedade, a abordagem da questão racial na obra de Florestan (e de Bastide). Destacamos os seguintes aspectos: a) a construção do projeto e da pesquisa em estreita interlocução com o movimento negro, evidenciado o uso do preconceito de cor como categoria nativa mobilizada empiricamente; b) a reflexão sobre a questão racial, já desde esse primeiro momento, como central para pensar a formação social brasileira de modo mais amplo; c) em contraste com as teses de Donald Pierson, um claro esforço de distinguir (e não reduzir um ao outro) preconceito de classe e preconceito de cor; d) várias passagens que revelam o interesse de Florestan e Bastide em investigar, nas palavras das autoras, “a forma e as novas funções assumidas pelo

preconceito racial na ordem social emergente” e a tendência à sua perpetuação estrutural, em frontal contraste com as leituras residualistas da questão racial da obra de Florestan; e) a hipótese aventada, em diálogo crítico com Cida Bento, sobre a relação entre racismo e resistência sociopática à mudança.

Um último destaque, que revela o amplo valor teórico do artigo, é como o retorno à gênese do dilema racial brasileiro permite enriquecer e nuançar a genealogia da noção de **dilema** (tomada da obra de Gunnar Myrdal) na obra do sociólogo paulista, demonstrando como desde os anos 1950 – e não somente a partir dos anos 1960 – já há uma recepção crítica e tensa da teoria da modernização consubstanciada no conceito de **demora cultural** (tomada da obra de William Ogburn). Contra a temporalidade progressiva e linear suposta no conceito de *cultural lag*, o acento sobre a importância da noção de dilema nos primeiros delineamentos da pesquisa Unesco evidencia a precoce abertura cognitiva para a reflexão sobre bloqueios, impasses, contradições e paradoxos na abordagem da formação social brasileira, na qual o nó górdio da raça é fundante. Como hipótese de trabalho a ser seguida em textos futuros, as autoras sugerem a centralidade da interlocução com os movimentos e intelectuais negros para a definição do dilema racial, o que será feito através de uma análise exegetica do clássico “A integração do negro na sociedade classes” e dos textos “Aspectos políticos do dilema racial” brasileiro e “A sociedade escravista”.

Mais dois artigos do dossiê debruçam-se sobre a questão racial na obra de Florestan Fernandes: o texto “Florestan Fernandes, Roger Bastide e a palavra da militância negra”, de Paulo Henrique Fernandes Silveira, professor da Universidade de São Paulo (USP); e “A interpretação de Florestan sobre os movimentos negros: afinidades com as teorias dos novos movimentos sociais”, escrito por Remo Mutzenberg, professor titular aposentado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e Eliane Veras Soares. Se o texto de Ana e Eliane desfazem o mito de uma **leitura residualista** da questão racial na obra de Florestan, os artigos de Paulo e de Remo e Eliane tensionam com uma **leitura reificante**, se assim podemos chamar, que percebe naquela obra a negação da agência coletiva de negras e negros nos processos de mudança social.

No artigo de Paulo, contra a imagem do negro reificado no trabalho de Florestan, é salientado como “a pesquisa Unesco em São Paulo enfatizou a importância e a centralidade das experiências das pessoas negras na construção do conhecimento científico sobre o racismo”, importância observável na “elaboração do livro ‘A integração do negro na sociedade de

classes””, o que converge com a agenda de pesquisa proposta no artigo de Ana e Eliane. Como precisamente apontado por Antonio Candido, em trecho de depoimento transcrito por Paulo, “a partir dessa pesquisa do Florestan e do Roger Bastide, [o negro] deixou de ser objeto de estudo, para ser sujeito de estudo: ele participar, ele falar, ele orientar, junto com os pesquisadores”. Paulo reconstrói o contexto intelectual de proposição e realização da pesquisa Unesco: as dificuldades de publicação e circulação dos resultados da pesquisa em São Paulo, que colidiam frontalmente com o imaginário da democracia racial brasileira que motivou o projeto liderado por Alfred Métraux; o paradoxo, no pós-guerra, de um discurso antirracista que, ao mesmo tempo, não denunciava o colonialismo francês; a controvérsia sobre raça, colonialismo e eurocentrismo em escritos de Lévi-Strauss, Roger Caillois e Aimé Césaire; a crítica de Fanon, amparada em Césaire, ao “universalismo que silencia as experiências das pessoas negras”. Essa reconstrução intelectual prepara o terreno para uma erudita abordagem da relação entre **experiência** e **conhecimento**, fundamentando-se nos trabalhos de Marilena Chauí, Grada Kilomba e bell hooks, que, de diferentes maneiras, investigam e denunciam a violência implicada em um discurso supostamente racional e universal que nega a importância da experiência e das histórias pessoais na produção do conhecimento.

Baseado em ampla investigação documental no Fundo Florestan Fernandes, é exatamente a valorização da experiência de negras e negros na orientação da pesquisa empírica e na construção teórico-conceitual o que se depreende dos arquivos que registram os passos da pesquisa Unesco em São Paulo, realizada por meio de histórias de vida articuladas à observação de situações de grupo, conferências, seminários, entrevistas, questionários e formulários. No artigo, Paulo transcreve amplamente falas, em situação grupais, de Sofia Campos Teixeira, Maria Aparecida Camargo, Francisco Lucrécio, Arlindo Veiga dos Santos, Luiz Lobato, Carlos de Assumpção, da história de vida de José Correia Leite, de questionário respondido por Jorge Prado Teixeira, da conferência realizada por Nestor Borges, para demonstrar como essas foram fundamentais, seja no direcionamento de pesquisa³, seja na própria definição de discriminação racial, especialmente no mercado de trabalho, no qual o **emparedamento do negro** (expressão de Correia Leite mobilizada por Florestan) se revela de modo particularmente crônico. Não só o conhecimento sobre a discriminação racial é inseparável das experiências relatadas pelos

³ Bastide e Florestan, por exemplo, seguem a sugestão feita por Lucrécio de investigar manifestações do preconceito racial em escolas, o que é realizado por Virgínia Bicudo e Aniele Ginsberg. Lucrécio, por sua vez, escreve com Renato Moreira relatório sobre relações raciais em parques infantis.

interlocutores de Fernandes e Bastide, como também a palavra de ordem da **Segunda Abolição**, amplamente mobilizada por Florestan em seus textos, atesta, conforme Paulo, a ponte entre o vivido (pelos movimentos negros) e a ciência social defendida pelo sociólogo paulista.

No artigo de Remo e Eliane, como já afirmamos, continuamos a tratar da questão racial na obra de Florestan Fernandes, mas vista por um prisma distinto e particularmente inovador. Verticalizando a leitura de “A integração do negro na sociedade de classes”, trata-se de analisar, por um lado, como essa obra publicada em 1964 – ao tratar dos fatores estruturais (o **porquê**) e estratégicos (o **como**) que desencadearam, deram perenidade e bloquearam o movimento negro – suscita questões teórico-metodológicas que só tiveram um tratamento mais sistemático pelas chamadas Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), a partir dos anos 1970. São tais afinidades que permitem, inclusive, uma leitura de “A integração” pelas lentes de conceitos básicos da TNMS, a exemplo de *frame* (quadro de referência), estrutura de incentivos e restrições, espaço público, oportunidade política, funções das lideranças, ciclos de confrontos etc. Por outro lado, diferente de aventar apenas antecipações, os autores buscam captar as contribuições próprias de Florestan para a análise dos movimentos sociais, permitindo preencher, por exemplo, a surpreendente lacuna de uma análise do movimento negro dos anos 1920 a 1937 em Maria da Glória Gohn, referência básica da TNMS no Brasil.

Tal análise em via de mão dupla é realizada a partir de uma compreensão de “A integração”, na palavra dos autores, como um “campo antagônico em relação às análises da questão racial e à compreensão da formação da sociedade brasileira”, isso por basear-se: no riquíssimo material empírico proporcionado pela pesquisa Unesco nos anos 1950; no diálogo permanente com as formulações do próprio movimento negro; e em uma posição epistêmica e normativa peculiar, o estilo de pensamento *lumpen* de Florestan, que permitiu salientar as profundas **tensões** – em contraste com o **equilíbrio** (Gilberto Freyre) – que permeiam as relações raciais no Brasil. Revisitar “A integração” em diálogo com a TNMS revelou-se uma estratégia com amplo alcance teórico, na medida em que permite recolocar o problema da **agência** coletiva e da **contingência** na obra de 1964, deslocando-a de uma leitura que acentua exclusivamente os condicionamentos estruturais e funcionais de ordem macrosociológica. Assim, o artigo pode ser lido como uma importante contribuição no ensejo de ler “A integração” como obra de síntese. Síntese entre estrutura e ação para pensar uma sociedade em mudança ou, nas palavras de Florestan enfatizadas pelos autores, síntese entre “incentivos históricos sociais” – especialmente a ordem legal instaurada no pós-Abolição – e “requisitos psicossociais

ou socioculturais” – articulados em torno da contraideologia racial – para pensar a (situ)ação de negras e negros na passagem da ordem estamental para a ordem social competitiva no Brasil.

O estudo das relações raciais no Brasil é um ponto de partida fundamental, na obra de Florestan, para a inteligência dos dilemas estruturantes que atravessam a formação do capitalismo e da moderna sociedade de classes, dando base teórica e empírica para a formulação dos conceitos entrelaçados de capitalismo dependente, dupla articulação, autocracia burguesa e descolonização congelada. Logo, “A revolução burguesa no Brasil”, de 1975, não pode ser pensada sem “A integração do negro na sociedade de classes”, de 1964. No quinto artigo do dossiê, “O espírito do capitalismo revisto desde a periferia: expressões da racionalidade burguesa em Florestan Fernandes”, Lucas Trindade, professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e Diogo Valença de Azevedo Costa, professor titular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), oferecem – ao lado do **dilema racial** trabalhado de diferentes formas nos artigos anteriores – uma segunda chave analítica para pensar a gênese e o desdobramento de outro problema central na obra de 1975: a particularidade da mentalidade, racionalidade ou espírito capitalista na América Latina, especialmente no Brasil.

Para fazer isso, os autores, em primeiro lugar, reconstroem o debate clássico entre Werner Sombart e Max Weber em torno dos atributos que definem a *differentia specifica* do espírito capitalista moderno. Aos autores importa destacar como, partindo de um consenso (a caracterização do espírito tradicionalista católico, anticapitalista), Sombart e Weber seguem caminhos distintos. Para o primeiro, que centraliza a influência da ética econômica judaica na formação do espírito capitalista, não há qualquer incompatibilidade entre racionalismo econômico e disposições predatórias e espoliativas, por isso os vínculos entre colonialismo, guerra, capitalismo e luxúria estudados pelo autor. Weber, por sua vez, que centraliza a influência do ascetismo intramundano protestante, estabelece uma clara descontinuidade entre princípio predatório (ética econômica judaica) e racionalismo econômico, bem como entre capitalismo pária (típico das colonizações e dos cercamentos) e capitalismo moderno (baseado na organização racional da empresa e do trabalho).

Feito isso, os autores investigam, em um recorte de textos escritos entre 1959 e 1974, como Florestan, leitor de Weber e Sombart, reelaborou criativamente a problemática do espírito capitalista ao pensá-lo a partir da periferia do sistema global. Além da análise diacrônica dos

textos, os autores também se valem da análise da marginalia de obras de Weber e Sombart consultadas na biblioteca e arquivo particulares de Florestan Fernandes, na UFSCar.

Se nos textos escritos entre 1959 e 1962 é possível notar a busca por uma clara distinção típica entre a primazia de atitudes/motivações favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento, bem como entre Fase Liberal e Era do Planejamento, bifurcações que ressoam a separação entre ação capitalista tradicional (predatória) e ação capitalista moderna (racional) em Weber, a partir de 1962, e da formulação do conceito de resistência sociopática à mudança, é notável uma crescente aproximação com o tipo sombartiano de espírito capitalista. Ao ponto de, em 1967, no texto “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”, Sombart ser explicitamente mobilizado para caracterizar o caráter espoliativo, especulativo e a pirataria econômica do espírito capitalista na periferia. Um “*espírito capitalista especial*”, como define Fernandes em texto de 1971, caracterizado por uma “racionalidade pragmática” e uma “filosofia exclusivista” ou pela “associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia”, na fórmula definitiva inscrita em “A revolução burguesa no Brasil”.

Nas páginas finais do artigo, Lucas e Diogo discutem como o próprio Florestan, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1970, começou a problematizar o dualismo entre um espírito capitalista de tipo weberiano no Centro (ou ao Norte) e um espírito capitalista de tipo sombartiano na Periferia (ou ao Sul), evidenciando tendências de autocratização a nível global, o que enseja uma agenda cosmopolita de releitura da sua obra.

O último artigo do dossiê, “Povos indígenas e formação social do Brasil: leituras de Florestan Fernandes e Ailton Krenak na constituinte”, escrito por Fátima Silveira, doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), e Aristeu Portela Júnior, professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), estabelece um produtivo diálogo entre Florestan e Krenak tomando como terreno comum a atuação de ambos na Assembleia Nacional Constituinte, o que permite mostrar, nas palavras de Fátima e Aristeu, como os “dilemas da relação entre os povos indígenas, a ‘nação’ e o Estado no país” são pensados pelos dois intelectuais.

Pode causar estranhamento alocar um artigo sobre a questão indígena ao final de um dossiê dedicado à obra de Florestan. Fizemos essa escolha pelas seguintes razões. Primeiramente, o artigo parte da última fase de Florestan – a sua atuação parlamentar – para revisitar de modo transversal o tratamento do que poderíamos chamar de **dilema indígena** brasileiro em sua obra. Esse exercício permite, em segundo lugar, retirar o tema indígena de

uma suposta primeira fase funcionalista do sociólogo uspiano e pensá-lo como uma das vias privilegiadas que levaram Florestan a uma crescente consciência (teórica e política): da especificidade da violência que forja a sociabilidade autocrática – no e para além do Estado – no Brasil; das limitações de um olhar eurocentrado para pensar a nossa formação social; das diversas lutas e resistências que se insurgiram – e se insurgem – contra a estabilização do poder colonial, neocolonial e, por fim, heterônomo ou dependente.

No artigo, o nó que une as dimensões científica, ética e política é evidenciado na análise cuidadosa da atuação de Florestan na Constituinte. Elemento que ata tais dimensões é a socialização *lumpen* do sociólogo paulista, que permite uma práxis – teoria e prática – que vê **a partir e com** os setores excluídos e marginalizados da sociedade de classes, em especial no contexto do capitalismo dependente e subdesenvolvido. Por isso, a coerente e intransigente defesa da “iniciativa popular” como fundamento do fazer legislativo e da formação de “um processo popular de construção de um Brasil antielite e anti-imperialista”, nas palavras do sociólogo citadas pelos autores. A atuação de Ailton Krenak, na época coordenador da União das Nações Indígenas (UNI), é símbolo do processo desejado, mas fundamentalmente frustrado, de Florestan. Frustração que perpassa os discursos dos dois intelectuais, cientes do imenso fosso que permeava o texto da Constituição e os anseios advindos da iniciativa e organização populares na Constituinte. Tal crítica comum baseia-se numa afinidade de atuação de Krenak e Florestan frisada por Fátima e Aristeu: “o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos de direito, de um lado, e a crítica à relação do Estado brasileiro com esses povos, de outro lado”.

No caso de Krenak, o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos de direitos significa reconhecê-los como **nações**, termo do colonizador estrategicamente ressignificado para reivindicar, contra esse, as ontologias, identidades e histórias próprias de cada um desses povos, o que Fernandes lê como evidência da racionalidade e autonomia dos povos indígenas, agudamente conscientes do que desejam, não como minorias, mas como nações “dentro do País”. Definir como “minorias” implica um jogo duplo de reconhecimento e subalternização, ao tomar o indígena como cidadão que demanda tutela, como cidadão de segunda categoria, crítica que perpassa as falas dos dois intelectuais e é analisada de modo fino por Fátima e Aristeu. No caso de Fernandes, a crítica à infantilização e à tutela do indígena concentra toda uma trajetória intelectual de oposição a concepções evolucionistas e eurocêtricas das organizações sociais, culturais e históricas que vem desde os seus estudos sobre os Tupinambá e sobre o folclore no meio urbano (como já vimos no texto de Wilson que abre o dossiê). Contra a “tutela

orfanológica”, representação ainda fortemente enraizada no imaginário brasileiro, Florestan e Krenak convergem na defesa intransigente de que os direitos indígenas e a sua integração ao processo constituinte deveriam se dar a partir da “consciência da realidade” (Florestan) e “visão dos problemas” (Krenak) dos próprios povos indígenas.

O fosso entre a Constituinte e a Constituição conforma um texto que não frena a violência do Estado, seja no que se refere às nações (não-reconhecidas) viventes em um território continental, seja no que se refere ao modo de relação com a natureza, tomada como mero recurso a ser extraído em prol do desenvolvimento, o que colide frontalmente com aquela visão indígena dos problemas. Para Krenak, o Estado brasileiro conforma-se como uma “plataforma extrativista” que toma os indígenas como “inimigos de guerra”, continuando, nas palavras precisas de Fátima e Aristeu, a “violência colonial por outros meios”. Essa compreensão guarda afinidades possíveis com a crítica de Florestan à captura da **nação** por um Estado autocrático conduzido, fundamentalmente, pelos interesses de uma burguesia ultraegoística e predatória, interpretação radical que enseja reflexões capazes de ir além do “paradigma da formação” ao pensar o Brasil e suas “fraturas” (Oliveira, 2025).

Embora subscritos por autoras e autores individuais ou em dupla, o conjunto de textos publicados neste dossiê são o produto de um frutífero e prazeroso trabalho coletivo, como deve ser a boa ciência. É transversal aos artigos não só a exposição de resultados alcançados a partir de escolhas metodológicas claras, mas, igualmente, a partilha de hipóteses e agendas de reflexão que possam ser recolhidas e cultivadas por outros grupos de pesquisa e investigações, ampliando assim a ressonância do afetuoso labor que orienta o grupo “Sociedade Brasileira Contemporânea”. É isso que ansiamos ao desejar, a todas/os/es, uma boa leitura!

Referências

- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti; PORTELA JR., Aristeu; COSTA, Diogo Valença de Azevedo; SOARES, Eliane Veras; SILVA, Lucas Trindade da; SILVEIRA, Maria de Fátima Souza da; MUTZENBERG, Remo; PENTEADO JR., Wilson Rogério. Anotações sobre o projeto “O artesanato intelectual de Florestan Fernandes: uma perspectiva latino-americana sobre o desenvolvimento”. **Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social**, 11 ago. 2025. Disponível em: <https://blogbvps.com/2025/08/11/o-artesanato-intelectual-de-florestan-fernandes-uma-perspectiva-latino-americana-sobre-o-desenvolvimento/>. Acesso em: 11 jun. 2026.
- BASTOS, Elide Rugai. Pensamento social da Escola Sociológica Paulista. In: MICELI, Sergio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)**. São Paulo: Editora Sumaré, 2002. p. 183-230.
- CANETTIERI, Thiago. O devir-periferia do mundo: crise do capital e a condição periférica. **GEOgraphia**, Niterói, v. 24, n. 52, e39362, 30 mar. 2022.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 89-128, abr. 1996.

COHN, Gabriel. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: FERRANTE, Vera Lúcia; MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo (org.). **Inteligência brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p. 125-148.

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCÃO, Maria Angela (org.). **O Saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987. p. 48-53.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo; SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes' critical sociology**: a social theory of Brazil and Latin America. New York: Routledge, 2024.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

OLIVEIRA, Lucas Amaral de. Fractured form: formation and deformation in Brazilian social thought. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 86, e20250618, 2025.

SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença de Azevedo; MUTZENBERG, Remo. Dossiê Florestan Fernandes: 100 anos. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 26, p. 3-362, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/issue/view/3160>. Acesso em: 11 jun. 2026.

SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença de Azevedo (org.). **Florestan Fernandes**: trajetória, memórias e dilemas do Brasil. Chapecó: Marxismo 21, 2021.

SILVA, Lucas Trindade da. Modelo autocrático-burguês: Uma sociologia do desenvolvimento desigual e combinado. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 26, p. 231-263, 2020.

SILVA, Lucas Trindade da. Diferenciação e integração sistêmicas em Florestan Fernandes. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 1-28, 2022.

TRINDADE, Lucas. A teoria social crítica de Florestan Fernandes. **SciELO Preprints**, 2025. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/13091>. Acesso em: 14 jan. 2026.